

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	64
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
<b>Total</b>	<b>327.503</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Ordinária		2,44188
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	1,17725
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,44188
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		2,41249
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	2,41249
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,41249

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	12.557.354	14.687.886
1.01	Ativo Circulante	1.055.760	2.948.585
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.415	5.796
1.01.02	Aplicações Financeiras	590.441	2.422.056
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	590.441	2.422.056
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	590.441	2.422.056
1.01.03	Contas a Receber	330.663	385.175
1.01.03.01	Clientes	330.663	385.175
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	371.651	423.061
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-40.988	-37.886
1.01.04	Estoques	30.580	34.788
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.029	6.194
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	101.632	94.576
1.01.08.03	Outros	101.632	94.576
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	4.389	4.473
1.01.08.03.04	Outros	97.243	90.103
1.02	Ativo Não Circulante	11.501.594	11.739.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.013.364	3.235.140
1.02.01.03	Contas a Receber	3.168	4.730
1.02.01.03.01	Clientes	3.168	4.730
1.02.01.06	Tributos Diferidos	791.719	734.686
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	791.719	734.686
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.349	4.807
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.217.128	2.490.917
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	776.398	773.555
1.02.01.09.04	Ativo Disponível para Reversão	6.244.901	3.529.080
1.02.01.09.05	Provisão Ativo Contingente - UHE's Três Irmãos / Ilha Solteira / Jupia	-3.804.171	-1.811.718
1.02.03	Imobilizado	7.488.230	8.504.161
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.488.230	8.504.161

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	12.557.354	14.687.886
2.01	Passivo Circulante	953.954	2.202.432
2.01.02	Fornecedores	9.027	16.853
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.027	16.853
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.491	50.030
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66.491	50.030
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	66.491	50.030
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	210.676	1.149.797
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	210.676	1.149.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.159	1.022.827
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	205.517	126.970
2.01.05	Outras Obrigações	667.760	985.752
2.01.05.02	Outros	667.760	985.752
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.141	405.385
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	210.886	115.413
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	40.179	30.194
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	254.537	290.626
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	161.017	144.134
2.02	Passivo Não Circulante	3.889.699	3.856.377
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	759.907	605.267
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	759.907	605.267
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.344	20.208
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	743.563	585.059
2.02.02	Outras Obrigações	3.129.792	3.251.110
2.02.02.02	Outros	3.129.792	3.251.110
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	119.589	268.716
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	40.716	131.891
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	70.969	70.969
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.786.687	2.660.866
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	96.350	101.192
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	15.481	17.476
2.03	Patrimônio Líquido	7.713.701	8.629.077
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	656.738	1.832.390
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	656.738	656.738
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.175.652
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	384.102	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.051.923	-970.052
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-179.747	-137.792

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	715.366	2.243.071	901.341	3.806.786
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-594.849	-1.375.570	-596.410	-1.495.418
3.02.01	Pessoal	-50.611	-138.269	-45.589	-130.111
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-1.970	-6.447	-1.841	-5.964
3.02.03	Entidade de Previdência - CPC 33/IAS 19	-221	-127	963	3.381
3.02.04	Material	-2.447	-8.610	-3.399	-8.842
3.02.05	Serviços de Terceiros	-24.054	-70.782	-23.860	-63.469
3.02.06	Energia Comprada - CCEE	-269.762	-311.063	0	0
3.02.07	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviço do Sistema	-107.823	-298.281	-107.009	-291.134
3.02.08	Créditos de COFINS/PIS s/ Encargos de Uso da Rede e Energia Comprada	18.977	35.414	7.597	17.888
3.02.09	Depreciação	-73.207	-385.887	-165.114	-483.069
3.02.10	Provisões Operacionais	-59.619	-151.002	-250.462	-504.389
3.02.11	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-17.314	-17.314	0	-6.294
3.02.12	Provisão para Perda Estimada de Crédito	745	-3.102	-2.699	-7.743
3.02.13	Outras Despesas	-7.543	-20.100	-4.997	-15.672
3.03	Resultado Bruto	120.517	867.501	304.931	2.311.368
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.387	-30.743	222.766	245.772
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.387	-30.743	222.766	245.772
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-7.387	-30.743	222.766	245.772
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	113.130	836.758	527.697	2.557.140
3.06	Resultado Financeiro	-203.996	-359.246	-58.897	-95.808
3.06.01	Receitas Financeiras	45.051	143.736	84.442	165.050
3.06.02	Despesas Financeiras	-249.047	-502.982	-143.339	-260.858
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-21.811	-123.994	-47.676	-137.559
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-13.512	-49.035	-23.316	-96.191
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	-213.724	-329.953	-72.347	-27.108
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-90.866	477.512	468.800	2.461.332
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.967	-175.281	-95.157	-753.435

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.08.01	Corrente	-31.028	-232.314	-103.124	-643.735
3.08.02	Diferido	54.995	57.033	7.967	-109.700
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-66.899	302.231	373.643	1.707.897
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-66.899	302.231	373.643	1.707.897
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-66.899	302.231	373.643	1.707.897
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.744	-41.955	-9.313	-39.520
4.02.01	Ajuste CPC 33/IAS 19	-11.744	-41.955	-9.313	-39.520
4.03	Resultado Abrangente do Período	-78.643	260.276	364.330	1.668.377



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.128.989	2.561.919
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.473.866	3.434.734
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	477.512	2.461.332
6.01.01.02	Depreciação	386.872	484.056
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	438.038	236.714
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	127	-2.207
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	168.213	246.743
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado	2	353
6.01.01.07	Provisão para Perda Estimada de Créditos	3.102	7.743
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.791	-121.231
6.01.02.01	Valores a Receber	51.410	110.284
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	84	36.030
6.01.02.03	Almoxarifado	4.208	1.176
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	8.623	2.806
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-2.421	-81.731
6.01.02.06	Outros Créditos	-5.578	-27.899
6.01.02.07	Fornecedores	-7.826	-14.687
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	40.221	30.567
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-133.257	-100.228
6.01.02.10	Taxas Regulamentare / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	95.473	-35.003
6.01.02.11	Pagamentos de Riscos Legais	-67.007	-41.387
6.01.02.12	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-4.842	-12.683
6.01.02.13	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	9.985	-5.010
6.01.02.14	Outras Obrigações	7.136	16.534
6.01.03	Outros	-341.086	-751.584
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-85.012	-119.137
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-256.074	-632.447
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.696	-18.524
6.02.01	Imobilizado	-69.696	-18.524
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.895.289	-935.291
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-1.315.393	-340.867
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-1.579.896	-594.424
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.835.996	1.608.104
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.427.852	839.649
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	591.856	2.447.753

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	656.738	0	67.808	8.629.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	656.738	0	67.808	8.629.077
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-1.175.652	-1.175.652
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-1.175.652	-1.175.652
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	384.102	-123.826	260.276
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.231	0	302.231
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	81.871	-123.826	-41.955
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	81.871	-81.871	0
5.05.02.06	Ajuste CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-41.955	-41.955
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	656.738	384.102	-1.231.670	7.713.701

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-193.000	-446.534	-639.534
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-446.534	-446.534
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.000	0	-193.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.845.434	-177.057	1.668.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.707.897	0	1.707.897
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	137.537	-177.057	-39.520
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	137.537	-137.537	0
5.05.02.06	Ajuste CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-39.520	-39.520
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	368.223	1.652.434	421.041	10.346.229

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	2.681.218	4.359.346
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.684.320	4.367.089
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.102	-7.743
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-703.836	-374.772
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.392	-72.311
7.02.04	Outros	-624.444	-302.461
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-298.281	-291.134
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-15.100	-11.327
7.02.04.03	Energia Comprada	-311.063	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.977.382	3.984.574
7.04	Retenções	-386.872	-484.056
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-386.872	-484.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.590.510	3.500.518
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-310.071	-226.007
7.06.02	Receitas Financeiras	143.736	165.050
7.06.03	Outros	-453.807	-391.057
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-329.953	-27.108
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-127	3.381
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.033	-109.700
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-151.002	-504.389
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 27.2)	-29.758	246.759
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.280.439	3.274.511
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.280.439	3.274.511
7.08.01	Pessoal	137.338	110.957
7.08.01.01	Remuneração Direta	130.891	104.993
7.08.01.04	Outros	6.447	5.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	453.899	978.562
7.08.02.01	Federais	453.632	978.517
7.08.02.03	Municipais	267	45
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	386.971	477.095
7.08.03.01	Juros	123.994	137.559
7.08.03.02	Aluguéis	5.001	4.345
7.08.03.03	Outras	257.976	335.191
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	49.035	96.191
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	102.424	124.185
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	71.240	63.336
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22.291	39.404
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	12.986	12.075
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	302.231	1.707.897
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	302.231	1.707.897

## Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com a implantação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico em 2015, a Companhia efetuou algumas alterações na apresentação da demonstração de resultado, reclassificando algumas contas, a saber: i) Taxa de Fiscalização – ANEEL e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de Despesa Operacional para Dedução à Receita Operacional; e ii) As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de desapropriações – empresas cindidas – foram reclassificadas de Outras (Despesas) Receitas Líquidas para Provisões Operacionais.

Em decorrência do término da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia em 07 de julho de 2015, no 3º trimestre de 2015, a Companhia passou a registrar, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como “geradora”, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes: livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como “operadora”, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente as usinas Ilha Solteira e Jupia, a partir de 08 de julho de 2015. A CESP terá a receita pelo Regime de Cotas enquanto for a responsável pela operação dessas usinas até que ocorram todos os eventos necessários para que o vencedor da licitação assuma sua operação.

No que se refere aos resultados do terceiro trimestre de 2015 (comparativamente ao terceiro trimestre de 2014), a Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que manteve o GSF (*Generation Scaling Factor*) a uma média de 0,859 no terceiro trimestre de 2015, patamar similar aos 0,848 do mesmo período do ano anterior. Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país. No caso da CESP, significou expressiva redução nos volumes de energia descontratada liquidados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, situação acentuada pela decisão da ANEEL de reduzir o teto do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD a partir de janeiro deste ano.

Nestes termos, as receitas operacionais no 3º trimestre de 2015 alcançaram R\$ 853,7 milhões, com redução de 19,6% em relação ao mesmo período de 2014, resultado decorrente, principalmente, pela redução da garantia física promovida pelo término da concessão, em 07 de julho de 2015, das usinas Ilha Solteira e Jupia e pela distribuição dos volumes de energia durante o ano (sazonalização), com reflexo na redução nos volumes de energia em contratos de suprimento para agentes comercializadores, no mercado livre, e em leilões de energia, no mercado regulado. (Notas 23.2 e 23.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 138,3 milhões, com redução de 13,5% em relação ao 3º trimestre de 2014.

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 594,8 milhões. Embora nos mesmos níveis de igual período de 2014, merecem destaques as seguintes variações: (i) constituição de provisão sobre o Programa de Incentivo a Aposentadoria – PIA, de R\$ 17,3 milhões, com a adesão de 99 empregados; (ii) aumento em energia comprada (Contratos bilaterais de compra de energia e resultados na CCEE) que totalizaram R\$ 269,8 milhões; (iii) diminuição da despesa de depreciação em decorrência do término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia pelo regime de preço (a Companhia calculou a depreciação das usinas até junho de 2015 e transferiu o valor residual contábil do ativo imobilizado para a conta de Ativo disponível para reversão, no ativo não circulante) (Nota 30); e (iv) redução em provisões operacionais que encerraram o trimestre em R\$ 59,6 milhões ante R\$ 250,5 milhões no terceiro trimestre de 2014.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) reduziu-se 60,5% e atingiu R\$ 120,5 milhões, com EBITDA Ajustado alcançando R\$ 246,5 milhões, conforme adiante demonstrado.

As Outras (Despesas) e Receitas Líquidas encerraram o trimestre em R\$ 7,4 milhões negativos (Nota 24.2).

O Resultado Financeiro (Nota 25) alcançou R\$ 204 milhões negativos. As Receitas Financeiras, de R\$ 45 milhões, refletem, principalmente, os rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 54,3% e totalizaram R\$ 21,8 milhões, reflexo do menor endividamento da Companhia.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 42% e encerraram o período em R\$ 13,5 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 213,7 milhões negativos, decorrentes da desvalorização de 28% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no terceiro trimestre de 2015, ante R\$ 72,3 milhões negativos no terceiro trimestre do ano passado.

Após os resultados acima comentados, a Companhia registrou Prejuízo antes dos Impostos de R\$ 90,9 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 66,9 milhões.

## Comentário do Desempenho

### Indicadores Econômico-Financeiros

<b>Referências</b>	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.</b>
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	158,44	157,47	0,6%
Margem Operacional (%).....	16,8%	33,8%	-50,2%
Variação do Dólar (%).....	28,1%	11,3%	+ 16,8 pp
<b>Liquidez/Endividamento/VPA</b>	<b>30.09.2015</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>Var.</b>
Endividamento do Ativo.....	0,39	0,41	-6,5%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,63	0,70	-10,6%
Liquidez Corrente.....	1,11	1,34	-17,3%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	23,55	26,35	-10,6%

### Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) ( Instrução Nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	<b>3T15</b>	<b>3T14</b>	<b>Var.</b>
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) do período</b>	(66.899)	373.643	-117,9%
Imposto de renda e Contribuição social.....	(23.967)	95.157	-125,2%
Resultado financeiro.....	203.996	58.897	246,4%
<b>= EBIT / LAJIR</b>	<b>113.130</b>	<b>527.697</b>	<b>-78,6%</b>
Depreciação.....	73.536	165.444	-55,6%
<b>= EBITDA / LAJIDA</b>	<b>186.666</b>	<b>693.141</b>	<b>-73,1%</b>
Provisão para riscos legais.....	64.654	25.264	155,9%
<b>= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>251.320</b>	<b>718.405</b>	<b>-65,0%</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

##### 1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e está com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.081 MW médios de garantia física de energia (Nota 12.2). A concessão da UHE Três Irmãos (807,5 MW) foi objeto de leilão realizado em 28 de março de 2014, sendo a usina transferida para o novo controlador em 10 de outubro de 2014 (Nota 30). Em decorrência do término da concessão das Usinas Ilha Solteira e Jupia em 07 de julho de 2015, toda a garantia física dessas usinas foi alocada ao Regime de Cotas, e a CESP foi designada pelo Ministério das Minas e Energia – MME como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica de ambas as usinas até a assunção dos concessionários vencedores da licitação prevista para ocorrer em 25 de novembro de 2015.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

Produção Bruta em MWh								
Usinas	2015				2014			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado
Ilha Solteira	2.837.185	2.339.116	1.758.099	6.934.400	4.116.337	3.038.384	2.446.755	9.601.476
Três Irmãos	-	-	-	-	505.252	268.247	208.681	982.180
Jupia	1.960.104	1.617.804	1.273.501	4.851.409	2.281.266	1.784.879	1.542.504	5.608.649
Porto Primavera	2.306.560	1.949.270	1.608.565	5.864.395	2.573.096	2.051.944	1.818.203	6.443.243
Paraibuna	31.422	38.244	53.171	122.837	123.881	122.043	91.199	337.123
Jaguari	4.557	2.159	17.563	24.279	26.572	8.725	26.756	62.053
<b>Total (*)</b>	<b>7.139.828</b>	<b>5.946.593</b>	<b>4.710.899</b>	<b>17.797.320</b>	<b>9.626.404</b>	<b>7.274.222</b>	<b>6.134.098</b>	<b>23.034.724</b>

(\*) A diminuição da produção, comandada pelo ONS, reflete a situação dos níveis dos reservatórios do país, inclusive os da região sudeste/centro-oeste, afetados pela hidrologia desfavorável que se tem verificado desde 2012.

Da receita operacional bruta da Companhia do trimestre findo em 30 de setembro de 2015, cerca de 58% (61% em 2014) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 30% (25% em 2014) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 12% (14% em 2014) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 23.2).

## Notas Explicativas

### 1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 808 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

<b>LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela CESP (MWm)</b>	<b>Preço CESP (R\$/MWh)</b>	<b>Base</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	jan/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	jan/14	98,00
		<b>808,0</b>			

<b>LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela CESP (MWm)</b>	<b>Preço CESP (R\$)</b>	<b>Base</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		<b>230,0</b>			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 23.1).

### 1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), tratou das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, as quais venceram em 07 de Julho de 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579, e de Portarias emitidas subsequentemente, estabeleceu condições específicas para a operação dessas concessões. Essas condições se referiam a novas receitas a serem auferidas pela Companhia pela operação dessas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações antecipadas não fossem aceitas (caso de Ilha Solteira e Jupia), seriam licitadas ao término das concessões.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da Companhia decidiram pela não renovação das UHE's de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuou a operar normalmente as Usinas Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 30.

Em 15 de maio de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 218, retificada pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupia deveria ser realizado em setembro de 2015. Esse leilão foi postergado, sendo que a última determinação do MME é que esse leilão seja realizado em 25/11/2015.

Em 11 de junho de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria 256, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas. Em contrapartida por esses serviços de Operação e Manutenção das usinas, a Companhia vem recebendo o valor definido na Nota Técnica nº 180/2015, de 13 de julho de 2015, da SGT/ANEEL – Superintendência de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica e homologado em 28 de julho de 2015, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924.



## Notas Explicativas

As usinas Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.

### 1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. A usina de Ilha Solteira opera com reservatório de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupia.

As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua jusante.

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 11,25 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.840, de 9 de dezembro de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015). Durante 2014 vigorou a TEO de R\$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013).

Com a passagem das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia para o regime de cotas a partir de 8 de julho de 2015, o risco hidrológico associado a estas usinas passou a ser de responsabilidade das empresas de distribuição que adquirem cotas de energia daquelas usinas.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 10 de novembro de 2015.

As informações trimestrais da Companhia, para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2015.

### 2.1 Base de elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

### 2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

## Notas Explicativas

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

### 2.3 Alterações na apresentação

Durante o período de três/nove meses findo em 30/09/2015, certas rubricas da demonstração do resultado foram classificadas de forma diferente daquela que vinha sendo adotada até o balanço de 31/12/2014. A Administração da Companhia entende que essa nova classificação das contas melhor reflete a natureza de suas operações e, adicionalmente, alinha-se com as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Assim, a Companhia efetuou algumas alterações na apresentação da demonstração de resultados do trimestre/semestre findo em 30/09/2014, reclassificando:

- Taxa de Fiscalização – ANEEL e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de “Despesas operacionais” para “Deduções à Receita Operacional”;
- As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de desapropriações – empresas cindidas foram reclassificadas de “Outras (Despesas) Receitas Líquidas” para “Provisões Operacionais”.

A reclassificação pode ser melhor visualizada no demonstrativo abaixo:

	Trimestre encerrado em			Período encerrado em		
	30.09.2014			30.09.2014		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reclassificado	Originalmente divulgado	Ajustes	Reclassificado
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.061.341</b>	-	<b>1.061.341</b>	<b>4.367.089</b>	-	<b>4.367.089</b>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>						
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.182)		(21.182)	(63.336)	-	(63.336)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(9.384)		(9.384)	(39.404)	-	(39.404)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(5)		(5)	(45)	-	(45)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(75.374)		(75.374)	(263.969)	-	(263.969)
PIS s/ receitas operacionais.....	(16.362)		(16.362)	(57.289)	-	(57.289)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	-	(33.070)	(33.070)	-	(124.185)	(124.185)
Taxa de fiscalização ANEEL.....	-	(4.623)	(4.623)	-	(12.075)	(12.075)
	<u>(122.307)</u>	<u>(37.693)</u>	<u>(160.000)</u>	<u>(424.043)</u>	<u>(136.260)</u>	<u>(560.303)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>939.034</b>	<b>(37.693)</b>	<b>901.341</b>	<b>3.943.046</b>	<b>(136.260)</b>	<b>3.806.786</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Pessoal.....	(45.589)		(45.589)	(130.111)	-	(130.111)
Programa de incentivo a aposentadoria.....	-		-	(6.294)	-	(6.294)
Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano.....	(1.841)		(1.841)	(5.964)	-	(5.964)
Entidade de Previdência Empregados - CPC 33/IAS 19.....	963		963	3.381	-	3.381
Material.....	(3.399)		(3.399)	(8.842)	-	(8.842)
Serviços de terceiros.....	(23.860)		(23.860)	(63.469)	-	(63.469)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(33.070)	33.070	-	(124.185)	124.185	-
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema.....	(107.009)		(107.009)	(291.134)	-	(291.134)
Taxas do setor elétrico.....	(5.461)	5.461	-	(14.654)	14.654	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede / energia.....	7.597		7.597	17.888	-	17.888
Depreciação .....	(165.114)		(165.114)	(483.069)	-	(483.069)
Provisão para perda estimada de créditos.....	(2.699)		(2.699)	(7.743)	-	(7.743)
Provisões operacionais .....	(148.019)	(102.443)	(250.462)	(175.237)	(329.152)	(504.389)
Outras despesas .....	(4.159)	(838)	(4.997)	(13.093)	(2.579)	(15.672)
	<u>(531.660)</u>	<u>(64.750)</u>	<u>(596.410)</u>	<u>(1.302.526)</u>	<u>(192.892)</u>	<u>(1.495.418)</u>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>407.374</b>	<b>(102.443)</b>	<b>304.931</b>	<b>2.640.520</b>	<b>(329.152)</b>	<b>2.311.368</b>
Outras (Despesas) / Receitas Líquidas.....	120.323	102.443	222.766	(83.380)	329.152	245.772
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....</b>	<b>527.697</b>	<b>-</b>	<b>527.697</b>	<b>2.557.140</b>	<b>-</b>	<b>2.557.140</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(58.897)</b>	<b>-</b>	<b>(58.897)</b>	<b>(95.808)</b>	<b>-</b>	<b>(95.808)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>468.800</b>	<b>-</b>	<b>468.800</b>	<b>2.461.332</b>	<b>-</b>	<b>2.461.332</b>
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(95.157)	-	(95.157)	(753.435)	-	(753.435)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>373.643</b>	<b>-</b>	<b>373.643</b>	<b>1.707.897</b>	<b>-</b>	<b>1.707.897</b>
Lucro básico e diluído por ação.....	1,14	-	1,14	5,21	-	5,21

## Notas Explicativas

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 30 de setembro de 2015, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “empréstimos e recebíveis”.

##### 3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

##### 3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

- a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
- b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

##### 3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas

### 3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

### 3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

### 3.4 Tributação

#### 3.4.1 Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das vendas na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

#### 3.4.2 Tributação sobre o lucro

##### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada às alíquotas de 25% e 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

##### Impostos diferidos

## Notas Explicativas

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### Imposto sobre a renda corrente e diferido

São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 11.

### **3.5 Investimentos**

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

### **3.6 Imobilizado**

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em “Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos” na demonstração do resultado.

### **3.7 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)**

## Notas Explicativas

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão.

### 3.8 Ativo Contingente – UHE Três Irmãos

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Dada à divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa à UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercido por medidas judiciais. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e, em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, durante 2013 a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente para a UHE Três Irmãos (valor incontroverso – Nota 30).

### 3.9 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
- b. Encargos de dívidas (Nota 13)
- c. FIDC's (Nota 14)

### 3.10 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD), administrados pela Fundação CESP. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

## Notas Explicativas

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

### 3.11 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

### 3.12 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 19).

### 3.13 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

### 3.14 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

### 3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

## Notas Explicativas

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

### 3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

### 3.17 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

#### 3.17.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento.

#### 3.17.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente através de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

#### 3.17.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.



## Notas Explicativas

### 3.17.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

### 3.17.5 Regime de cotas

A Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupuíá, a partir de 8 de julho de 2015. Desde então, a Companhia passou a auferir receitas através do regime de cotas, definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924, de em 28 de julho de 2015.

### 3.18 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

### 3.19 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

### 3.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

## Notas Explicativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

### Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

### Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

### Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

### Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

### Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

### Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, com base em estudos atuariais elaborados anualmente, sendo que o último estudo foi realizado em 31 de dezembro de 2014, e adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade. Entre o último estudo atuarial elaborado, na data base 31 de dezembro de 2014, e a data dessas informações intermediárias, não houve mudanças nas premissas e demais condições do Plano, que ensejassem modificações nos critérios adotados.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos

## Notas Explicativas

participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

### Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

## 4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES EM INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

Abaixo são apresentados os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento
IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado	A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 3 – Combinação de Negócios	A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 3;</li> <li>• Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do acordo conjunto em si.</li> </ul>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 11 – Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.
IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo	A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;</li> <li>• Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.</li> </ul>
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da alteração das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2014) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	<b>Tipo de Aplicação</b>	<b>30.09.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Caixa</b>			
Depósitos bancários à vista.....		1.415	5.796
<b>Aplicações Financeiras</b>			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	590.265	1.955.783
Banco Safra S.A. (*).....	US\$	-	463.113
Outras instituições.....	CDB / CDI	176	3.160
		<u>590.441</u>	<u>2.422.056</u>
		<b><u>591.856</u></b>	<b><u>2.427.852</u></b>

(\*) Referia-se à aquisição de US\$ 174.352 mil efetuada em agosto de 2014, e utilizada para pagamento do empréstimo Bônus Série 8 em 15 de janeiro de 2015.

### 6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	<b>30.09.2015</b>		<b>31.12.2014</b>	
	<b>Vincendos</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Consumidores</b>				
Industrial.....	89.099	4.172	93.271	83.350
Serviços públicos.....	-	-	-	4.459
	<u>89.099</u>	<u>4.172</u>	<u>93.271</u>	<u>87.809</u>
<b>Revendedores</b>				
Agentes comercializadores.....	55.011	-	55.011	89.295
Leilões de energia.....	68.834	6.144	74.978	160.101
Suprimento - cotas.....	55.494	-	55.494	2
	<u>179.339</u>	<u>6.144</u>	<u>185.483</u>	<u>249.398</u>
<b>Energia Livre / CCEE</b>				
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	79.185	-	79.185	72.142
	<u>79.185</u>	<u>13.712</u>	<u>92.897</u>	<u>85.854</u>
<b>Total.....</b>	<b><u>347.623</u></b>	<b><u>24.028</u></b>	<b><u>371.651</u></b>	<b><u>423.061</u></b>

#### 6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 30 de setembro de 2015, os dez principais clientes representam 68% do total da carteira (39% em 31.12.2014).

## Notas Explicativas

### 6.2 Energia Livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2014) e encontra-se em discussão judicial (Nota 7).

### 6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia comercializou o montante de R\$ 134.795 (R\$ 123.239 em 2014) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 23.2).

## 7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

<b>Devedor</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>(Adições) / Baixas</b>	<b>30.09.2015</b>
Consumidores <b>(a)</b> .....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia <b>(b)</b> .....	(6.144)	-	(6.144)
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos <b>(c)</b> .....	(13.858)	(3.102)	(16.960)
	<b>(37.886)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(40.988)</b>

- (a)** Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;  
**(b)** Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;  
**(c)** Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9);

## 8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	<b>30.09.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda <b>(a)</b> .....	751	2.057
Contribuição social <b>(b)</b> .....	405	701
COFINS a compensar .....	2.657	1.410
PIS a compensar.....	576	305
	<b>4.389</b>	<b>4.473</b>

- (a)** Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.  
**(b)** Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

## Notas Explicativas

### 9 OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	2.400	7.398
Créditos diversos (*).....	23.201	17.394
FIDC - conta vinculada.....	14.844	22.066
Ordens de projetos - P & D.....	54.050	41.290
Outros.....	2.748	1.955
	<u>97.243</u>	<u>90.103</u>
<b>Não Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.565	3.127
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	242	242
	<u>3.168</u>	<u>4.730</u>
<b>Total.....</b>	<b><u>100.411</u></b>	<b><u>94.833</u></b>

(\*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 16.960 (R\$13.858 em 31.12.2014 – Nota 7).

### 10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Depósitos Judiciais (a)</b>		
Ações cíveis.....	162.431	164.528
Ações trabalhistas - recursais.....	63.803	53.620
Ações tributárias.....	16.265	16.271
Ações ambientais.....	442.123	454.943
Outros depósitos judiciais.....	2.137	2.180
	<u>686.759</u>	<u>691.542</u>
<b>Cauções</b>		
Depósitos vinculados - CCEE (b).....	888	816
Quotas subordinadas - FIDC (c) (Nota 14.1).....	88.751	81.197
	<u>89.639</u>	<u>82.013</u>
<b>Total.....</b>	<b><u>776.398</u></b>	<b><u>773.555</u></b>

- (a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$686.759 (R\$ 691.542 em 31.12.2014; Nota 19);
- (b) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;
- (c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas (Nota 14.1), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

## Notas Explicativas

### 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.106.182, sendo: R\$ 2.323.055 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 633.465, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.266.196, ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 398.455) e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de R\$ 24.939; e de contribuição social de R\$ 783.127 (formado por base negativa de R\$ 174.875, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$455.831, ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 143.444 e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de R\$8.977).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2015, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia o prazo considerado foi 07/07/2015. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (Produto 2009; Produto 2009 Hidro e Produto 2010 Hidro; Nota 1.2); contratos de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2024; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

#### Composição dos saldos:

	<b>LÍQUIDO ATIVO</b>	
	<b>30.09.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais registrados <b>(a)</b> .....	153.799	227.393
Prejuízos fiscais (não registrados).....	479.666	479.666
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.266.196	1.251.018
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) <b>(b)</b> .....	398.455	367.443
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos <b>(b)</b> ....	24.939	(60.135)
	<u>2.323.055</u>	<u>2.265.385</u>
<b>Contribuição social</b>		
Base negativa registrada <b>(a)</b> .....	62.105	89.355
Base negativa (não registrada).....	112.770	112.770
Diferenças intertemporais (não registradas).....	455.831	450.367
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) <b>(b)</b> .....	143.444	132.280
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos <b>(b)</b> ....	8.977	(21.650)
	<u>783.127</u>	<u>763.122</u>
<b>Provisão sobre créditos tributários não registrados</b> .....	<u>(2.314.463)</u>	<u>(2.293.821)</u>
	<u><b>791.719</b></u>	<u><b>734.686</b></u>

**(a)** Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, foi realizado o valor de R\$ 13.867, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 10.011, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 3.856 de base negativa.

**(b)** A realização do passivo diferido, ocorrida durante o trimestre, refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 3.734 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 72.598.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados.

## Notas Explicativas

O imposto de renda (R\$ 153.799) e a contribuição social (R\$ 62.105) diferidos, totalizando R\$ 215.904, deverão ser realizados num prazo de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 e 2024	
<b>Parcela Estimada de Realização</b>	5.511	16.052	15.953	19.267	21.716	81.268	56.137	215.904

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

## 12 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.5 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	30.09.2015		31.12.2014	
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
<b>Em Serviço</b>					
Terrenos.....		292.858	-	292.858	326.978
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,9%	8.917.188	(4.765.680)	4.151.508	4.781.965
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,8%	2.301.503	(1.213.687)	1.087.816	1.139.566
Máquinas e Equipamentos.....	1,0%	2.544.817	(1.130.204)	1.414.613	1.699.088
Veículos.....	2,4%	7.173	(6.400)	773	882
Móveis e Utensílios.....	8,7%	25.605	(22.928)	2.677	3.727
		<u>14.089.144</u>	<u>(7.138.899)</u>	<u>6.950.245</u>	<u>7.952.206</u>
<b>Em Curso</b>					
Terrenos.....		1.894	-	1.894	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		182.395	-	182.395	157.312
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		43.250	-	43.250	48.312
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		59.983	-	59.983	108.968
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		76.452	-	76.452	119.118
Depósitos Judiciais.....		153.923	-	153.923	100.332
Outros.....		20.088	-	20.088	16.018
		<u>537.985</u>	<u>-</u>	<u>537.985</u>	<u>551.955</u>
<b>Total</b>		<u><b>14.627.129</b></u>	<u><b>(7.138.899)</b></u>	<u><b>7.488.230</b></u>	<u><b>8.504.161</b></u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, variam de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).



## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2014	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Ilha Solteira / Jupiá (Nota 30.2)	30.09.2015
<b>Em Serviço</b>							
Terrenos.....	326.978	-	-	3.633	2.083	(39.836)	292.858
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	4.781.965	-	(263.482)	-	(22.867)	(344.108)	4.151.508
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.139.566	-	(63.445)	1.737	22.867	(12.909)	1.087.816
Máquinas e Equipamentos.....	1.699.088	-	(58.770)	102.895	(2.085)	(326.515)	1.414.613
Veículos.....	882	-	(109)	-	-	-	773
Móveis e Utensílios.....	3.727	-	(1.066)	16	-	-	2.677
	<u>7.952.206</u>	<u>-</u>	<u>(386.872)</u>	<u>108.281</u>	<u>(2)</u>	<u>(723.368)</u>	<u>6.950.245</u>
<b>Em Curso</b>							
Terrenos.....	1.895	2.973	-	(3.633)	659	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	157.312	25.137	-	(54)	-	-	182.395
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	48.312	280	-	(5.342)	-	-	43.250
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	108.968	823	-	(49.710)	(98)	-	59.983
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	119.118	6.774	-	(49.538)	98	-	76.452
Depósitos Judiciais.....	100.332	54.250	-	-	(659)	-	153.923
Outros.....	16.018	4.074	-	(4)	-	-	20.088
	<u>551.955</u>	<u>94.311</u>	<u>-</u>	<u>(108.281)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>537.985</u>
<b>Total</b>	<b><u>8.504.161</u></b>	<b><u>94.311</u></b>	<b><u>(386.872)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(2)</u></b>	<b><u>(a) (723.368)</u></b>	<b><u>7.488.230</u></b>

(a) Em 07 de julho ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupuí ao Poder Concedente e o término da exploração econômica dessas usinas pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão (Nota 30.2).

	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	30.09.2014
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos.....	393.653	-	-	2.608	(177)	396.084
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	7.012.116	-	(336.168)	-	-	6.675.948
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.364.883	-	(86.310)	1.868	(170)	1.280.271
Máquinas e Equipamentos.....	1.747.460	-	(59.723)	23.140	(3)	1.710.874
Veículos.....	740	-	(119)	-	-	621
Móveis e Utensílios.....	5.956	-	(1.736)	18	(3)	4.235
	<u>10.524.808</u>	<u>-</u>	<u>(484.056)</u>	<u>27.634</u>	<u>(353)</u>	<u>10.068.033</u>
<b>Em Curso</b>						
Terrenos.....	1.895	296	-	(2.608)	2.312	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	125.542	24.808	-	-	-	150.350
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	51.480	7	-	(1.868)	-	49.619
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	150.660	3.218	-	(22.429)	-	131.449
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	8.668	-	(729)	-	118.589
Depósitos Judiciais.....	100.333	2.708	-	-	(2.312)	100.729
Outros.....	11.371	3.050	-	-	-	14.421
	<u>551.931</u>	<u>42.755</u>	<u>-</u>	<u>(27.634)</u>	<u>-</u>	<u>567.052</u>
<b>Total</b>	<b><u>11.076.739</u></b>	<b><u>42.755</u></b>	<b><u>(484.056)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(353)</u></b>	<b><u>10.635.085</u></b>

### 12.1 Imobilizado em curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 153.923 (R\$ 100.332 em 31.12.2014), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

## Notas Explicativas

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 24.2).

### 12.2 Concessões de energia elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (a)	Prazo de Concessão
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>1.654,6</b>	<b>1.081,0</b>	<b>(b)</b>	

(a) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(b) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(\*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

### 12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

### 12.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Engº Sérgio Motta	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
<b>Total</b>	<b>18.091.775</b>	<b>14.538.497</b>	<b>3.553.278</b>
Impostos diferidos			(1.208.115)
<b>Efeito no patrimônio líquido</b>			<b>2.345.163</b>

## Notas Explicativas

### Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
<b>Saldo inicial em 01.01.2009.....</b>	<b>3.553.278</b>	<b>(1.208.115)</b>	<b>2.345.163</b>
Realizações.....	(2.747.946)	934.302	(1.813.644)
<b>Saldo em 31.12.2013.....</b>	<b>805.332</b>	<b>(273.813)</b>	<b>531.519</b>
Realização no exercício de 2014 (depreciação)...	(277.811)	94.455	(183.356)
Realização no exercício de 2014 (Nota 12.5).....	(1.997.296)	679.081	(1.318.215)
<b>Saldo em 31.12.2014.....</b>	<b>(1.469.775)</b>	<b>499.723</b>	<b>(970.052)</b>
Realização no período.....	(124.047)	42.176	(81.871)
<b>Saldo final em 30.09.2015.....</b>	<b>(1.593.822)</b>	<b>541.899</b>	<b>(1.051.923)</b>

Usina	30.09.2015		
	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia)...	( 1.675.479)	569.663	( 1.105.816)
UHE Paraibuna.....	60.532	( 20.581)	39.951
UHE Jaguari.....	21.125	( 7.183)	13.942
<b>Total.....</b>	<b>( 1.593.822)</b>	<b>541.899</b>	<b>( 1.051.923)</b>

Em dezembro de 2014 a Companhia procedeu à avaliação quanto à recuperabilidade de seus ativos, concluindo pela necessidade de registro de provisão relativamente às usinas de Ilha Solteira e Jupuí, no valor de R\$1.997.296. Consequentemente, o valor de R\$1.318.215, correspondente da mais valia desses ativos (liquida de impostos), até então mantidas na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, foi transferida para a conta de Lucros Acumulados. O valor, remanescente, de R\$ 970.052, corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos.

### 12.5 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Conforme descrito na Nota Explicativa 12.4, a Companhia optou, quando da apresentação das Demonstrações Financeiras de 2010 e adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura em 01/01/2009 (então denominada data de transição). Este procedimento resultou na elevação do valor contábil das usinas Jupuí, Paraibuna, Jaguari e as do Complexo Ilha Solteira/Três Irmãos, e na redução do valor da usina Porto Primavera (Engº Sergio Motta).

Cumprindo o CPC nº 01, anualmente a Administração prepara estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente.
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73%; 2014: 5,44% a.a. líquida de imposto de renda).

Em setembro de 2012 o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, oferecendo a renovação antecipada das concessões de geração, em contrapartida da substituição do regime de preços pelo regime de cotas, e em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria Interministerial nº 580 MME/MF, informou o valor da indenização a ser pago referente aos ativos das usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 para as Concessionárias que aceitassem a antecipação da renovação das

## Notas Explicativas

concessões. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões nas condições estabelecidas pela MP 579.

No encerramento das Demonstrações Financeiras de 2013, as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de ser consideradas de forma integrada (complexo), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013. Os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos foram transferidos para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", e a Administração fez registrar uma Provisão remanescendo o valor considerado incontroverso dos ativos que serão indenizados pelo Poder Concedente (Nota 30).

Tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorreria o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia está apurando os valores que poderão ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhece detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não recebeu resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (*deemed cost* ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está mantendo na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

Desta maneira, em 31 de dezembro de 2014, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais" (Nota 24.2), conforme apresentado no quadro abaixo.

	<b>Em 31.12.2014</b>		
	<b>Ilha Solteira</b>	<b>Jupia</b>	<b>Total / Impairment</b>
Valor de recuperação.....	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido.....	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
<b>Impairment Contabilizado .....</b>	<b>(1.663.202)</b>	<b>(334.094)</b>	<b>(1.997.296)</b>

<b>Composição da provisão para redução ao valor recuperável de ativo</b>	<b>Demonstração do Resultado</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>
	Provisão	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.997.296	679.081	1.318.215
<b>Provisão para impairment.....</b>	<b>1.997.296</b>	<b>679.081</b>	<b>1.318.215</b>

Cabe salientar, no entanto, que a Administração da Companhia, apesar de ter procedido ao registro dessa provisão em atendimento ao CPC01 e ao princípio da prudência, reserva-se o direito de, em data futura, sustentar discussões com o Poder Concedente, visando o recebimento de indenização por valores que considere justos, e sustentáveis pelos termos de seus Contratos de Concessões.

Em 07 de julho ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupia ao Poder Concedente e o término da exploração econômica dessas usinas pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão (Nota 30.2). A partir dessa data a Companhia passou a auferir receitas temporariamente pelo regime de cotas, até a assunção do novo operador.

As demais usinas pertencentes ao Parque gerador da Companhia apresentaram fluxo de caixa positivo, não havendo necessidade de registro de provisão para desvalorização daqueles ativos em 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

### 13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deveria resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia cumpriu os índices exigidos que foram calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

#### 13.1 Composição

	30.09.2015				31.12.2014			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
<b>Moeda Estrangeira</b>								
BNDES (1) .....	7.981	197.400	741.968	947.349	2.191	124.727	583.819	710.737
Outras Instituições .....	136	-	1.595	1.731	52	-	1.240	1.292
	<u>8.117</u>	<u>197.400</u>	<u>743.563</u>	<u>949.080</u>	<u>2.243</u>	<u>124.727</u>	<u>585.059</u>	<u>712.029</u>
<b>Moeda Nacional</b>								
Instituições Financeiras (2) ..	-	-	-	-	732	38.728	-	39.460
Notas de Médio Prazo (3) .....	-	-	-	-	41.171	937.034	-	978.205
ELETROBRÁS (4) .....	7	5.152	16.344	21.503	8	5.154	20.208	25.370
	<u>7</u>	<u>5.152</u>	<u>16.344</u>	<u>21.503</u>	<u>41.911</u>	<u>980.916</u>	<u>20.208</u>	<u>1.043.035</u>
	<u><b>8.124</b></u>	<u><b>202.552</b></u>	<u><b>759.907</b></u>	<u><b>970.583</b></u>	<u><b>44.154</b></u>	<u><b>1.105.643</b></u>	<u><b>605.267</b></u>	<u><b>1.755.064</b></u>

#### 13.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

(1) O saldo de principal, em 30 de setembro de 2015, de R\$ 939.368 (R\$ 708.546 em 31.12.2014) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

#### 13.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (2) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas, sendo que a última delas foi liquidada em 15 de abril de 2015.
- (3) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a. e liquidou-o em 15 de janeiro de 2015.
- (4) Saldo de principal de R\$ 21.496 (R\$ 25.362 em 31.12.2014), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 20.839 (R\$ 24.591 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 657 (R\$ 771 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

## Notas Explicativas

### 13.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	30.09.2015			31.12.2014		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	940.963	236.845	100,00	709.786	267.219	100,00
	<b>940.963</b>	<b>236.845</b>	<b>100,00</b>	<b>709.786</b>	<b>267.219</b>	<b>100,00</b>

### 13.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2016.....	17.478	69.438	1.290	70.728
De 2017 a 2020.....	169.279	672.530	15.054	687.584
De 2021 a 2024.....	401	1.595	-	1.595
	<b>187.158</b>	<b>743.563</b>	<b>16.344</b>	<b>759.907</b>

(\*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,9729 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 2,6562 em 31.12.2014).

### 13.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
30.09.2015	28,05	1,39	0,58	1,92	2,42
30.09.2014	11,28	0,83	0,29	(0,67)	(0,47)

## 14 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	30.09.2015			31.12.2014	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	3.216	251.321	119.589	374.126	559.342
	<b>3.216</b>	<b>251.321</b>	<b>119.589</b>	<b>374.126</b>	<b>559.342</b>

Para projeção de vencimentos, vide Nota 28.1.

### 14.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 88.751 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

## Notas Explicativas

## 15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC

## COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

											Valores em R\$ mil	
MOEDA ESTRANGEIRA	Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	30.09.2015 Total	31.12.2014 Total
						Encargos	Principal					
								8.117	197.400	743.563	949.080	712.029
BNDES	BRADY	US\$	13.2 item 1	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	7.981	197.400	741.968	947.349	710.737
OUTRAS INSTITUIÇÕES								136	-	1.595	1.731	1.292
	ELETROPAULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	136	-	1.595	1.731	1.292
MOEDA NACIONAL								7	5.152	16.344	21.503	1.043.035
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								-	-	-	-	39.460
	BNDES - Finame ITAÚ-BBA	R\$	13.3 item 2	(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	-	-	-	-	39.460
MEDIUM TERM NOTES												
	BÔNUS - SÉRIE B	R\$	13.3 item 3	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	-	-	-	-	978.205
ELETRABRÁS								7	5.152	16.344	21.503	25.370
	ELETRABRÁS - RGR	R\$	13.3 item 4	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.001	15.838	20.839	24.591
	ELETRABRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	7	151	506	664	779
OUTRAS DÍVIDAS								3.216	251.321	119.589	374.126	559.342
	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC IV	R\$	14	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	3.216	251.321	119.589	374.126	559.342
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>11.340</b>	<b>453.873</b>	<b>879.496</b>	<b>1.344.709</b>	<b>2.314.406</b>

## 15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2014</b>	<b>1.043.035</b>	<b>712.029</b>	<b>559.342</b>	<b>2.314.406</b>
Juros e Comissões.....	5.654	40.138	5.928	51.720
Variações Monetárias.....	5.762	-	43.273	49.035
Variações Cambiais.....	-	329.953	-	329.953
Amortização de Principal.....	(984.195)	(96.781)	(234.417)	(1.315.393)
Amortização de Juros.....	(48.753)	(36.259)	-	(85.012)
<b>Saldo final em 30.09.2015</b>	<b>21.503</b>	<b>949.080</b>	<b>374.126</b>	<b>1.344.709</b>

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2013</b>	<b>999.870</b>	<b>762.923</b>	<b>784.444</b>	<b>2.547.237</b>
Juros e Comissões.....	68.906	35.273	9.014	113.193
Variações Monetárias.....	43.745	-	52.446	96.191
Variações Cambiais.....	-	27.108	-	27.108
Amortização de Principal.....	(16.856)	(95.452)	(228.559)	(340.867)
Amortização de Juros.....	(87.600)	(31.537)	-	(119.137)
<b>Saldo final em 30.09.2014</b>	<b>1.008.065</b>	<b>698.315</b>	<b>617.345</b>	<b>2.323.725</b>

## Notas Explicativas

### 16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Circulante</b>		
COFINS s/ receitas .....	21.298	22.044
PIS s/ receitas .....	4.588	4.785
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	3.793	3.621
Imposto de renda s/lucro.....	22.031	3.798
Contribuição social s/lucro.....	8.997	3.470
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	-	5.892
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.152	4.447
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.632	1.973
	<u><b>66.491</b></u>	<u><b>50.030</b></u>

### 17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	<u>30.09.2015</u>			<u>31.12.2014</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS (Nota 17.2.1)..	147.166	171.694	318.860	396.733
- Contrato de Dívida - outros (Nota 17.2.2).....	25.720	30.007	55.727	69.030
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(172.886)	(160.985)	(333.871)	(333.872)
	<u>-</u>	<u><b>40.716</b></u>	<u><b>40.716</b></u>	<u><b>131.891</b></u>

#### 17.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

#### 17.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:



## Notas Explicativas

### 17.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

### 17.2.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2015, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

#### 17.2.2.1 Movimentação

	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Saldo inicial.....	131.891	62.915
(Receita) / despesa do período	127	(2.207)
Contribuições pagas.....	(133.257)	(100.228)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	<u>41.955</u>	<u>39.520</u>
<b>Saldo final.....</b>	<b><u>40.716</u></b>	<b><u>-</u></b>

<b>Despesa / (Receita) estimada para 2015</b>	<u><b>2015</b></u>
Plano BSPS.....	5.060
Plano BD.....	3.705
Total.....	<b><u>8.765</u></b>

## Notas Explicativas

### 18 ENCARGOS SETORIAIS

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a) .....	29.861	12.359
- Diferença de Quotas - 2013 (b).....	32.616	33.600
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	18.138	22.340
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	1.246	1.541
Quotas para P&D - FNDCT (c).....	2.023	2.167
Quotas para P&D - EPE (c).....	1.012	1.084
Provisão para compra de energia na CCEE.....	13.000	-
Energia comprada para revenda.....	65.007	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d).....	47.220	41.609
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e).....	763	713
	<u>210.886</u>	<u>115.413</u>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2014 (f).....	70.969	70.969
	<u>70.969</u>	<u>70.969</u>
	<u><b>281.855</b></u>	<u><b>186.382</b></u>

- (a) Quota RGR dos meses de julho, agosto e setembro de 2015 de R\$ 9.626, acrescida de 12 parcelas de R\$ 82 ref. a diferença de RGR de 2013, conforme despacho ANEEL nº 3.370, de 2 de outubro de 2015.
- (b) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento está sendo analisada pela ANEEL em novembro/2015.
- (c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.758 de 24 de junho de 2014 e nº 1.917 de 30 de junho de 2015.
- (e) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.
- (f) Diferença de quota RGR 2014, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em julho/2016.

### 19 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

**Notas Explicativas**

	31.12.2014	Movimentação		30.09.2015
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
<b>Trabalhistas</b>				
Ações diversas .....	412.213	(7.433)	(33.428)	371.352
<b>Cíveis</b>				
Ações diversas .....	25.186	5.920	(5.103)	26.003
<b>Tributárias</b>				
Ações diversas .....	14.898	2.969	(25)	17.842
<b>Indenizações</b>				
Ações ambientais.....	846.056	47.387	(14.638)	878.805
Ações cíveis.....	956.913	102.159	(7.818)	1.051.254
<b>Desapropriações</b>				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	253.717	24.615	(1.570)	276.762
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	151.883	17.211	(4.425)	164.669
<b>Soma Indenizações e Desapropriações</b>	<u>2.208.569</u>	<u>191.372</u>	<u>(28.451)</u>	<u>2.371.490</u>
<b>TOTAL</b>	<u><b>2.660.866</b></u>	<u><b>192.828</b></u>	<u><b>(67.007)</b></u>	<u><b>2.786.687</b></u>

	31.12.2013	Movimentação		30.09.2014
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
<b>Trabalhistas</b>				
Ações diversas .....	237.793	25.355	(15.620)	247.528
<b>Cíveis</b>				
Ações diversas .....	22.193	1.732	(8)	23.917
<b>Tributárias</b>				
Ações diversas .....	1.024	131	(47)	1.108
<b>Indenizações</b>				
Ações ambientais.....	551.568	60.636	(493)	611.711
Ações cíveis.....	870.991	166.073	(9.843)	1.027.221
<b>Desapropriações e indenizações</b>				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	219.573	17.684	(899)	236.358
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	413.843	(32.448)	(446)	380.949
	<u>2.055.975</u>	<u>211.945</u>	<u>(11.681)</u>	<u>2.256.239</u>
<b>TOTAL</b>	<u><b>2.316.985</b></u>	<u><b>239.163</b></u>	<u><b>(27.356)</b></u>	<u><b>2.528.792</b></u>

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	30.09.2015			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	371.352	244.095	233.167	848.614
Ações cíveis diversas.....	26.003	195.396	3.209	224.608
Ações tributárias.....	17.842	34.872	9.146	61.860
Ações ambientais.....	878.805	855.667	1.957.193	3.691.665
Ações cíveis.....	1.051.254	1.208.984	4.021.382	6.281.620
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	276.762	1.109.974	102.039	1.488.775
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	164.669	290.510	1.627	456.806
	<u><b>2.786.687</b></u>	<u><b>3.939.498</b></u>	<u><b>6.327.763</b></u>	<u><b>13.053.948</b></u>

Em 30 de setembro de 2015, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 13.053.948. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.786.687, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 686.759 (R\$ 691.542 em 31 de dezembro de 2014), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 153.923 (imobilizado em curso – Nota 12).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

## Notas Explicativas

### 19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2015, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 848.614. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 371.352 representadas por 693 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 63.803.

A CESP é ré em 46 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 234.444. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 136.908 associados a 647 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 244.095 correspondentes a 1.133 processos, sendo 23 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$731. O valor remanescente, de R\$ 243.346, corresponde a 1.110 processos.

#### 19.1.1 Possível impacto da atualização monetária sobre as provisões trabalhistas

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o TST – Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial e não mais pela TR – Taxa Referencial. A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo STF – Supremo Tribunal Federal, que reconheceu como inconstitucional o uso da TR, como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o STF deferiu liminar que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST, diante dessa decisão a Companhia avaliou, aproximadamente, em R\$ 3.135 o possível impacto caso a liminar seja revogada.

### 19.2 Ações Cíveis Diversas

#### 19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 30 de setembro de 2015, são R\$ 26.003 e R\$ 3.310 respectivamente.

#### 19.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul, relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual encontra-se até o momento sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 192.086, cujo risco de perda é avaliado como possível.

### 19.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 61.860, composto por R\$ 17.842 com expectativa de perda considerada provável, referente a 5 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 16.365 (R\$ 16.271 em 31 de dezembro de 2014). Outras 110 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 34.872.

### 19.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

## Notas Explicativas

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.734.472 em 30.09.2015, conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	188.674	571.704	760.378
Descumprimento de acordo.	461.772	201.536	663.308
Parques.....	187.609	-	187.609
Lençol freático.....	-	24.872	24.872
Outros.....	40.750	57.555	98.305
	<u>878.805</u>	<u>855.667</u>	<u>1.734.472</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 442.123 (R\$ 454.943 em 31.12.2014) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

### 19.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

#### 19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 30 de setembro de 2015, é de R\$ 164.226 e R\$ 584.502 respectivamente, para 221 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

#### 19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 88 ações envolvendo o valor de R\$ 781.677 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 338.409 com risco de perda possível em 30 de setembro de 2015. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

#### 19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 69 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 43.124 e R\$ 62.227, relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras ações consideradas com probabilidade de perda possível, sendo 2 ações de inadimplemento contratual, que totalizam R\$ 65.376 e 217 processos no montante de R\$ 220.697.

### 19.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 276.762 para 68 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 1.109.974 referentes a 5 processos judiciais.

### 19.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração

## Notas Explicativas

AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 30 de setembro de 2015, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 456.806. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 164.669 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

## 20 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 20.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Não Circulante</b>		
Reflorestamento (*) .....	75.000	75.000
Licenciamento.....	21.350	26.192
	<u>96.350</u>	<u>101.192</u>

(\*) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

	<u>31.12.2014</u>	<u>Reversão (Nota 26)</u>	<u>Atualização (Nota 25)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>30.09.2015</u>
<b>Não Circulante</b>					
Reflorestamento.....	75.000	-	-	-	75.000
Licenciamento.....	26.192	(4.842)	-	-	21.350
	<u>101.192</u>	<u>(4.842)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96.350</u>
<b>Circulante</b>					
Termo de ajustamento de conduta - TAC .....	12.418	-	265	(12.683)	-
<b>Não Circulante</b>					
Reflorestamento .....	75.000	-	-	-	75.000
Licenciamento.....	34.800	-	-	-	34.800
	<u>109.800</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>109.800</u>
	<u>122.218</u>	<u>-</u>	<u>265</u>	<u>(12.683)</u>	<u>109.800</u>

### 20.2 Outras Obrigações

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Circulante</b>		
Fundação CESP (a) .....	15.447	13.566
P & D - Projetos (b) .....	141.824	125.155
Outros.....	3.746	5.413
	<u>161.017</u>	<u>144.134</u>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros.....	-	1.995
	<u>15.481</u>	<u>17.476</u>
	<u>176.498</u>	<u>161.610</u>

(a) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.

## Notas Explicativas

(b) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.

### 21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no 3º trimestre de 2015 foi de R\$ 600 (R\$ 447 em 2014), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 487 (R\$ 364 em 2014) e encargos sociais no valor de R\$ 113 (R\$ 83 em 2014).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2015				Acumulado em
			Ativo		Passivo		30.09.2015
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado
						Receita/ (despesa)	
CPTM (a)	6	Venda de energia	-	-	-	-	23.075
Órgãos do Estado de SP (b)		Cessão de empregados	27.603	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	107	-	(963)
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	-	5.160	16.343	(1.245)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	-	-	-	40.716	6.574
							<b>Acumulado em</b>
							<b>30.09.2014</b>
Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2014				Resultado
			Ativo		Passivo		Receita/ (despesa)
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.363	-	-	-	38.081
Órgãos do Estado de SP (b)		Cessão de empregados	36.095	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	102	-	(902)
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	-	5.164	21.496	(1.346)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	-	-	-	-	(28.927)

(a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.

(b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.

(c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 107.

### 22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

#### 22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.751 ações ordinárias, 7.441.008 ações preferenciais classe A e 210.893.914 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2015, são os seguintes:

## Notas Explicativas

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Cias. Ligadas</b>								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	0,01
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,54	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	400	-	2.575	-
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.669</u>	<u>13,73</u>	<u>132.967.543</u>	<u>40,60</u>
<b>Outros</b>								
Morgan Stanley.....	-	-	-	-	13.864.717	6,57	13.864.717	4,23
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,02	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	89,56	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London .....	-	-	-	-	29.600.752	14,04	29.600.752	9,04
The Bank of New York - ADR Department .....	33.375	0,03	167.024	2,24	-	-	200.399	0,06
Pessoas Físicas.....	3.270.056	3,00	561.908	7,55	3.610.422	1,71	7.442.386	2,27
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.781.102	1,63	18.330	0,26	124.299.439	58,94	126.098.871	38,51
Outros.....	6.711	0,01	29.220	0,39	-	-	35.931	0,01
	<u>5.128.877</u>	<u>4,70</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>181.965.245</u>	<u>86,28</u>	<u>194.535.130</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.751</u>	<u>100,00</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>210.893.914</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....</b>	<b><u>1.991.815</u></b>		<b><u>135.764</u></b>		<b><u>3.847.854</u></b>		<b><u>5.975.433</u></b>	

### 22.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.



## Notas Explicativas

### 22.3 Reservas de Capital

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio ....</b>	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

### 22.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	<b>Imobilizado R\$</b>	<b>Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$</b>	<b>Patrimônio Líquido R\$</b>
<b>Saldo inicial em 31.12.2014.....</b>	<b>(1.469.775)</b>	<b>499.723</b>	<b>(970.052)</b>
Realização no período (depreciação)....	(124.047)	42.176	(81.871)
<b>Saldo final em 30.09.2015.....</b>	<b>(1.593.822)</b>	<b>541.899</b>	<b>(1.051.923)</b>

### 22.5 Reservas de Lucros

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Reserva legal.....	83.623	83.623
Reserva estatutária.....	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar (*) .....	<u>167.569</u>	<u>167.569</u>
	<b><u>656.738</u></b>	<b><u>656.738</u></b>

(\*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que:

- O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização dessa reserva vem ocorrendo por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).
- A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.
- Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2015	2016	2017	2018	2019	Total
<b>Parcelas a Realizar</b>	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	<b>167.569</b>

## Notas Explicativas

### 23 RECEITA

#### 23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2015		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	139,34	152,84	199,52	188,05	175,79	7,14
Ampla	Março	141,04	154,71	201,96	190,34	175,79	7,70
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	142,90	156,75	204,62	192,86		8,13
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Mai	143,91	157,86	206,08	194,23		8,17
Cataguazes e Copel	Junho	144,98	159,03	207,60	195,66		8,47
Celtins e Eletropaulo	Julho	146,12	160,29	209,24	197,21		8,89
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	147,03	138,22	180,44	198,43		9,56
Celg	Setembro	147,35	138,55	180,87	198,87		8,53
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	148,15	139,04	181,50	199,94		9,49

Reajustes em 2014		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	130,05	142,66	186,23	175,52	175,79	5,59
Ampla	Março	130,95	143,64	187,52	176,73	175,79	5,68
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	132,16	144,97	189,24	178,36		6,15
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Mai	133,04	145,94	190,51	179,55		6,28
Cataguazes e Copel	Junho	133,65	146,61	191,39	180,38		6,37
Celtins e Eletropaulo	Julho	134,19	147,19	192,15	181,10		6,52
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	134,20	147,21	192,17	181,12		6,50
Celg	Setembro	134,54	147,58	192,65	182,57		6,51
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	135,30	148,42	193,75	182,61		6,75

#### 23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

**Notas Explicativas**

<b>Energia Vendida no 3º Trimestre</b>	<b>MWh (*)</b>		<b>R\$ Mil</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Fornecimento (1)</b>				
Industrial.....	1.866.256	2.000.615	252.906	253.427
Serviço Público.....	-	95.393	-	13.020
	<u>1.866.256</u>	<u>2.096.008</u>	<u>252.906</u>	<u>266.447</u>
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores (2) .....	1.013.561	2.097.839	160.434	272.953
	<u>1.013.561</u>	<u>2.097.839</u>	<u>160.434</u>	<u>272.953</u>
<b>Leilões de Energia (4)</b>				
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	-	39.606	-	4.921
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	275.287	319.634	38.946	41.902
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	178.656	212.028	27.776	30.498
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	138.657	176.551	28.115	33.129
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	285.613	318.520	54.715	56.402
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	-	866.472	-	166.016
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	-	212.286	-	35.070
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	52.875	54.395	7.790	7.400
	<u>931.088</u>	<u>2.199.492</u>	<u>157.342</u>	<u>375.338</u>
	<u>1.944.649</u>	<u>4.297.331</u>	<u>317.776</u>	<u>648.291</u>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	258.660	271.465	74.106	134.776
Liquidações de períodos anteriores.....	-	-	61.317	-
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	(30.166)	(896.758)	(628)	(11.537)
	<u>228.494</u>	<u>(625.293)</u>	<u>134.795</u>	<u>123.239</u>
<b>Total.....</b>	<u>4.039.399</u>	<u>5.768.046</u>	<u>705.477</u>	<u>1.037.977</u>

**Notas Explicativas**

Energia Vendida até 30 de Setembro	MWh (*)		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fornecimento (1)</b>				
Industrial.....	5.616.921	6.401.306	743.551	805.643
Serviço Público.....	160.432	284.418	23.075	38.080
	<u>5.777.353</u>	<u>6.685.724</u>	<u>766.626</u>	<u>843.723</u>
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores (2) .....	4.545.126	6.479.435	841.743	848.174
	<u>4.545.126</u>	<u>6.479.435</u>	<u>841.743</u>	<u>848.174</u>
<b>Leilões de Energia (3)</b>				
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	-	118.074	-	14.415
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	1.006.068	962.219	137.907	123.366
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	684.877	651.896	102.811	91.533
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	571.248	534.800	112.112	98.173
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	998.192	960.297	184.751	166.184
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	-	2.600.085	-	498.176
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	425.810	637.021	74.853	105.236
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	163.323	168.468	23.397	22.444
	<u>3.849.518</u>	<u>6.632.860</u>	<u>635.831</u>	<u>1.119.527</u>
	<u>8.394.644</u>	<u>13.112.295</u>	<u>1.477.574</u>	<u>1.967.701</u>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4)</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	594.328	2.233.859	199.420	1.323.855
Liquidações de períodos anteriores.....	-	-	63.501	171.481
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	2.036.814	(678.602)	21.628	(9.948)
	<u>2.631.142</u>	<u>1.555.257</u>	<u>284.549</u>	<u>1.485.388</u>
<b>Total.....</b>	<u>16.803.139</u>	<u>21.353.276</u>	<u>2.528.749</u>	<u>4.296.812</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia às comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(3) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças – MCSD.

(4) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

**Para os trimestres findos em 30 de Setembro**

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	1.866.256	2.096.008	252.906	266.447	135,52	127,12
Agentes Comercializadores .....	1.013.561	2.097.839	160.434	272.953	158,29	130,11
	<u>2.879.817</u>	<u>4.193.847</u>	<u>413.340</u>	<u>539.400</u>	<u>143,53</u>	<u>128,62</u>
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia.....	931.088	2.199.492	157.342	375.338	168,99	170,65
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	258.660	271.465	74.106	134.776	286,50	496,48
	<u>1.189.748</u>	<u>2.470.957</u>	<u>231.448</u>	<u>510.114</u>	<u>194,54</u>	<u>206,44</u>
<b>Total.....</b>	<u>4.069.565</u>	<u>6.664.804</u>	<u>644.788</u>	<u>1.049.514</u>	<u>158,44</u>	<u>157,47</u>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

**Notas Explicativas****Acumulado no Exercício até 30 de Setembro**

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	5.777.353	6.685.724	766.626	843.723	132,70	126,20
Agentes Comercializadores .....	4.545.126	6.479.435	841.743	848.174	185,20	130,90
	<u>10.322.479</u>	<u>13.165.159</u>	<u>1.608.369</u>	<u>1.691.897</u>	<u>155,81</u>	<u>128,51</u>
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia.....	3.849.518	6.632.860	635.831	1.119.527	165,17	168,78
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	594.328	2.233.859	199.420	1.323.855	335,54	592,63
	<u>4.443.846</u>	<u>8.866.719</u>	<u>835.251</u>	<u>2.443.382</u>	<u>187,96</u>	<u>275,57</u>
<b>Total.....</b>	<b><u>14.766.325</u></b>	<b><u>22.031.878</u></b>	<b><u>2.443.620</u></b>	<b><u>4.135.279</u></b>	<b><u>165,49</u></b>	<b><u>187,70</u></b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Regime de Cotas	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
	R\$ Mil		R\$ Mil	
UHE Ilha Solteira.....	100.121	-	100.121	-
UHE Jupia.....	47.511	-	47.511	-
UHE Três Irmãos.....	-	22.675	-	67.619
<b>Total.....</b>	<b><u>147.632</u></b>	<b><u>22.675</u></b>	<b><u>147.632</u></b>	<b><u>67.619</u></b>

**23.3 Receita Operacional Líquida**

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	Trimestres Findos em		Acumulado em	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
<b>Receitas c/ Energia</b>				
Fornecimento de energia .....	252.906	266.447	766.626	843.723
Suprimento de energia - Contratos.....	160.434	272.953	841.743	848.174
Suprimento de energia de leilões.....	157.342	375.338	635.831	1.119.527
Energia de curto prazo .....	134.795	123.239	284.549	1.485.388
	<u>705.477</u>	<u>1.037.977</u>	<u>2.528.749</u>	<u>4.296.812</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	147.632	22.675	147.632	67.619
Outras receitas.....	585	689	7.938	2.658
	<u>853.694</u>	<u>1.061.341</u>	<u>2.684.319</u>	<u>4.367.089</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>				
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(28.877)	(21.182)	(71.240)	(63.336)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(7.078)	(9.384)	(22.291)	(39.404)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(28)	(5)	(267)	(45)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(58.744)	(75.374)	(190.652)	(263.969)
PIS s/ receitas operacionais.....	(12.752)	(16.362)	(41.388)	(57.289)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*).....	(27.111)	(33.070)	(102.424)	(124.185)
Taxa de fiscalização ANEEL (*).....	(3.738)	(4.623)	(12.986)	(12.075)
	<u>(138.328)</u>	<u>(160.000)</u>	<u>(441.248)</u>	<u>(560.303)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b><u>715.366</u></b>	<b><u>901.341</u></b>	<b><u>2.243.071</u></b>	<b><u>3.806.786</u></b>

(\*) Visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, e alinhamento com normas da Agência Reguladora, a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e a Taxa de fiscalização ANEEL passaram a integrar as Deduções à Receita Operacional (até 31/12/2014 eram registradas como Despesas Operacionais).

## Notas Explicativas

### 24 CUSTOS E DESPESAS

#### 24.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Trimestres findos em		Acumulado em	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
<b>Energia comprada</b>				
CCEE (1).....	67.522	-	108.823	-
Provisão compra de energia na CCEE.....	13.000	-	13.000	-
Energia proveniente do MRE.....	10.995	-	10.995	-
Energia comprada para revenda.....	178.245	-	178.245	-
	<b>269.762</b>	<b>-</b>	<b>311.063</b>	<b>-</b>
<b>Uso da Rede Elétrica (2)</b>				
Conexão - CTEEP .....	45	49	115	143
Rede Básica.....	107.778	106.960	298.166	290.991
	<b>107.823</b>	<b>107.009</b>	<b>298.281</b>	<b>291.134</b>
<b>Total.....</b>	<b>377.585</b>	<b>107.009</b>	<b>609.344</b>	<b>291.134</b>

- (1) Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.758 de 24 de junho de 2014 e nº 1.917 de 30 de junho de 2015.

#### 24.2 Outras (Despesas) / Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Depreciação de bens não vinculados.....	(329)	(330)	(985)	(987)
Reversão / (Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas (a) .....	(5.035)	225.198	(17.211)	257.646
Reversão / (Provisões) para compromissos socioambientais.....	4.842	-	4.842	-
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b) .....	(4.086)	(2.284)	(13.406)	(12.722)
Despesas com convênios .....	(2.091)	(645)	(6.138)	(2.847)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	-	798	-	1.215
Outras receitas líquidas.....	970	1.544	5.818	7.331
Outras (despesas) líquidas.....	(1.658)	(1.515)	(3.663)	(3.864)
	<b>(7.387)</b>	<b>222.766</b>	<b>(30.743)</b>	<b>245.772</b>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 19.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 12.1).

Obs.: com a implantação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – 2015, apenas as provisões de ações de desapropriações – empresas cindidas continuaram em “Outras (Despesas) / Receitas Líquidas”. Todas as demais passaram a integrar as “Provisões Operacionais”.

## Notas Explicativas

### 25 RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
<b>Resultado Financeiro Acumulado até</b>				
<b>Receita</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	44.106	55.015	137.545	130.402
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	3.072	2.143	7.904	6.030
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	-	27.231	-	27.231
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	23	16	147	731
Outras.....	51	37	341	656
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras.....	(2.201)	-	(2.201)	-
	<u>45.051</u>	<u>84.442</u>	<u>143.736</u>	<u>165.050</u>
<b>Despesa</b>				
Encargos de dívidas				
Moeda estrangeira.....	(15.225)	(11.616)	(40.138)	(35.273)
Moeda nacional.....	(2.305)	(26.917)	(11.582)	(77.920)
	<u>(17.530)</u>	<u>(38.533)</u>	<u>(51.720)</u>	<u>(113.193)</u>
Outras				
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros....	-	-	-	(134)
Imposto sobre operações financeiras.....	(26)	(91)	(85)	(285)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(427)	(3.594)	(50.069)	(10.592)
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	-	-	(10.280)	-
Atualização TAC (nota 20.1).....	-	-	-	(265)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(131)	(189)	(422)	(589)
Atualização P&D - projetos.....	(2.888)	(2.151)	(7.752)	(5.987)
Desconto contrato de clientes.....	-	(1.084)	-	(2.539)
Outros encargos.....	(809)	(2.034)	(3.666)	(3.975)
	<u>(4.281)</u>	<u>(9.143)</u>	<u>(72.274)</u>	<u>(24.366)</u>
	<u>(21.811)</u>	<u>(47.676)</u>	<u>(123.994)</u>	<u>(137.559)</u>
<b>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</b>				
Moeda nacional.....	(13.512)	(23.316)	(49.035)	(96.191)
Moeda estrangeira.....	(213.724)	(72.347)	(329.953)	(27.108)
	<u>(227.236)</u>	<u>(95.663)</u>	<u>(378.988)</u>	<u>(123.299)</u>
	<u>(249.047)</u>	<u>(143.339)</u>	<u>(502.982)</u>	<u>(260.858)</u>
<b>Resultado Financeiro.....</b>	<b><u>(203.996)</u></b>	<b><u>(58.897)</u></b>	<b><u>(359.246)</u></b>	<b><u>(95.808)</u></b>

### 26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

#### Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

## Notas Explicativas

	3º Trimestre de 2015		Acumulado até 30.09.2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....</b>	<b>(90.866)</b>	<b>(90.866)</b>	<b>477.512</b>	<b>477.512</b>
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	22.722	8.178	(119.361)	(42.977)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	1	-	1	-
Ajuste de créditos diferidos (complemento).....	-	-	-	-
Outros.....	3.004	(222)	8.300	(590)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas.....	(7.135)	(2.581)	(15.178)	(5.476)
<b>Receita / (Despesa) contabilizada.....</b>	<b>18.592</b>	<b>5.375</b>	<b>(126.238)</b>	<b>(49.043)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:</b>				
Corrente.....	(22.031)	(8.997)	(168.730)	(63.584)
Diferido (Nota 11).....	40.623	14.372	42.492	14.541
<b>Total no resultado.....</b>	<b>18.592</b>	<b>5.375</b>	<b>(126.238)</b>	<b>(49.043)</b>
Alíquota Efetiva	20,5%	5,9%	26,4%	10,3%

	3º Trimestre de 2014		Acumulado até 30.09.2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....</b>	<b>468.800</b>	<b>468.800</b>	<b>2.461.332</b>	<b>2.461.332</b>
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(117.194)	(42.192)	(615.315)	(221.520)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	1	-
Juros sobre o capital próprio.....	48.250	17.370	48.250	17.370
Ajuste de créditos diferidos (complemento).....	-	-	51.099	18.183
Outros.....	3.215	(229)	9.160	(633)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas.....	(3.218)	(1.159)	(44.140)	(15.890)
<b>Receita / (Despesa) contabilizada.....</b>	<b>(68.947)</b>	<b>(26.210)</b>	<b>(550.945)</b>	<b>(202.490)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:</b>				
Corrente.....	(74.990)	(28.134)	(470.995)	(172.740)
Diferido (Nota 11).....	6.043	1.924	(79.950)	(29.750)
<b>Total no resultado.....</b>	<b>(68.947)</b>	<b>(26.210)</b>	<b>(550.945)</b>	<b>(202.490)</b>
Alíquota Efetiva	14,7%	5,6%	22,4%	8,2%

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

## 27 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	30.09.2015	30.09.2014
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar).....	-	446.534
	-	446.534



## Notas Explicativas

### 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 30.06.2015, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	278.754	337.207
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	92.897	85.854
	<u>371.651</u>	<u>423.061</u>
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	88.751	81.197
	<u>460.402</u>	<u>504.258</u>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13).....	970.583	1.755.064
FIDC (Nota 14).....	374.126	559.342
	<u>1.344.709</u>	<u>2.314.406</u>

#### 28.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

<b>Índice de Endividamento</b>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	1.344.709	2.314.406
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(591.856)	(2.427.852)
Dívida Líquida.....	<b>752.853</b>	<b>(113.446)</b>
Patrimônio Líquido.....	7.713.701	8.629.077
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<u><b>9,8%</b></u>	<u><b>-1,3%</b></u>

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os *covenants* requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	<u>Vencimentos</u>				
	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>					
Empréstimos e Financiamentos.....	210.676	70.728	687.584	1.595	970.583
FIDC.....	254.537	119.589	-	-	374.126
	<u>465.213</u>	<u>190.317</u>	<u>687.584</u>	<u>1.595</u>	<u>1.344.709</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>					
Empréstimos e Financiamentos.....	1.149.797	140.415	463.612	1.240	1.755.064
FIDC.....	290.626	206.470	62.246	-	559.342
	<u>1.440.423</u>	<u>346.885</u>	<u>525.858</u>	<u>1.240</u>	<u>2.314.406</u>

#### 28.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de setembro de 2015, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 949.080 (R\$ 712.029 em 31.12.2014) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

## Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	30.06.2015	31.12.2014
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 13)	949.080	712.029
<b>Total</b>	<b>949.080</b>	<b>712.029</b>

### Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	3,85	4,81	5,77

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (outubro/2015 a setembro/2016), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	(8.286)	53.991	116.268

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um acréscimo na saída de caixa no período de outubro/2015 a setembro/2016 de R\$ 8.286 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 53.991 no cenário possível e de R\$ 116.268 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2015, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos	Saldo em 30.09.2015	Projeção para 30.09.2016		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US\$	949.080	918.526	1.148.158	1.377.789
<b>Total</b>	<b>949.080</b>	<b>918.526</b>	<b>1.148.158</b>	<b>1.377.789</b>

### 28.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía R\$1.323.206, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 21.503 captados a taxas fixas:

## Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos Vinculados às taxas:	Saldo Contábil	
	30.09.2015	31.12.2014
<b>Moeda Nacional</b>	<b>395.629</b>	<b>1.602.377</b>
CDI	374.126	559.342
IPC-A	-	978.205
TJLP	-	39.460
TAXA FIXA	21.503	25.370
<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>949.080</b>	<b>712.029</b>
UMBNDDES	947.349	710.737
LIBOR	1.731	1.292
<b>Total</b>	<b>1.344.709</b>	<b>2.314.406</b>

### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e *spread*, tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 01/10/2015. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

Índices	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	13,63	17,04	20,45
UMBNDDES	4,08	5,10	6,12
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (outubro/2015 a setembro/2016), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	(242)	3.429	7.061
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDDES	-	9.298	18.896
	Varição da LIBOR	-	5	11
<b>Total</b>		<b>(242)</b>	<b>12.732</b>	<b>25.968</b>

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 242 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 12.732 no cenário possível e R\$ 25.968 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2015, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

## Notas Explicativas

Impacto Sobre Saldo Devedor		Projeção para 30/09/2016		
Passivos Financeiros	Saldo em 30/09/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>Moeda Nacional</b>				
CDI	374.126	138.475	143.193	147.912
TAXA FIXA	21.503	16.348	16.348	16.348
<b>Moeda Estrangeira</b>				
UMBNDDES	947.349	766.184	773.996	781.808
LIBOR	1.731	1.884	1.887	1.889
<b>Total</b>	<b>1.344.709</b>	<b>922.891</b>	<b>935.424</b>	<b>947.957</b>

### 28.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 30 de setembro de 2015 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

### 28.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

#### (a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 1,3 bilhão em 30 de setembro de 2015, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

#### (b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

#### (c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de setembro de 2015.

### 28.6 Valoração dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2015 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

#### (b) Valores a Receber

Energia Livre (RTE) e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente do saldo de energia livre referente ao racionamento do exercício de 2001 e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data destas informações intermediárias.

## Notas Explicativas

### (c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

### (d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	30.09.2015		31.12.2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Moeda Nacional</b>				
Medium Term Notes	-	-	(978.205)	(979.550)
FIDC	(374.126)	(374.327)	(559.342)	(559.829)
<b>Total</b>	<b>(374.126)</b>	<b>(374.327)</b>	<b>(1.537.547)</b>	<b>(1.539.379)</b>

## 29 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S/A	Responsabilidade civil - D&O	06/2016	2.000
Vida - APC	Sul América Seguros S/A	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2015	3.600
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	11/2015	1.265.600

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## 30 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

Composição do ativo disponível para reversão	30.09.2015				31.12.2014
	Três Irmãos (Nota 30.1)	Ilha Solteira (Nota 30.2)	Jupia (Nota 30.2)	Total	Três Irmãos (Nota 30.1)
Ativo disponível para reversão.....	3.529.080	2.126.268	589.553	<b>6.244.901</b>	3.529.080
Provisão ativo contingente.....	(1.811.718)	-	-	<b>(1.811.718)</b>	(1.811.718)
Provisão para <i>impairment</i> .....	-	(1.656.907)	(335.546)	<b>(1.992.453)</b>	-
Total provisões	<u>(1.811.718)</u>	<u>(1.656.907)</u>	<u>(335.546)</u>	<u>(3.804.171)</u>	<u>(1.811.718)</u>
<b>Ativo disponível para reversão (líquido).....</b>	<b><u>1.717.362</u></b>	<b><u>469.361</u></b>	<b><u>254.007</u></b>	<b><u>2.440.730</u></b>	<b><u>1.717.362</u></b>

## Notas Explicativas

### 30.1 UHE Três Irmãos

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – Define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o exercício de 18 de abril a 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 – Determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013 (valores referidos a junho/2012).

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia – MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão, em dezembro de 2013, de R\$1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)....	<u>(1.811.718)</u>
<b>Valor líquido (incontroverso).....</b>	<b><u>1.717.362</u></b>

## Notas Explicativas

(a) Composição da provisão ativo contingente – UHE Três Irmãos	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.264.198	429.827	834.371
<b>Provisão ativo contingente.....</b>	<b>1.811.718</b>	<b>429.827</b>	<b>834.371</b>

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição para o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1,7 bilhão. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível, mas não obteve êxito na ocasião. Após a apresentação de contestação pela UNIÃO, em 28 de novembro de 2014, foi proferida nova decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, art. 3º da Portaria MME/MF n. 129/2014, de 28/03/2014), e determinar que a União processasse o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso parceladamente, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido. Tal decisão, contudo, foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região em razão de recurso interposto pela União. A CESP continua tomando todas as medidas jurídicas cabíveis, com vistas a reverter essa decisão e passar a receber os valores que lhe são devidos.

Quanto à operação da usina, em 28 de março de 2014, ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; sendo que o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, posteriormente denominado TIJOÁ Participações e Investimentos S/A, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (R\$31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União – TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não celebrasse o contrato de concessão com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões do fato de o Canal Pereira Barreto e as eclusas não terem sido objeto da referida licitação.

Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União – TCU manteve a decisão que suspendeu a assinatura do contrato referente ao leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão porque o governo apresentou proposta de que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT assumiria a responsabilidade de operar a eclusa e o canal, mediante contrato a ser celebrado.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de

## Notas Explicativas

vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro de 2014, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo era viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada. Este contrato foi encerrado em 09 de abril de 2015.

Em 16 de outubro, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

### 30.2 UHEs Ilha Solteira e Jupia

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos as UHEs de Ilha Solteira e Jupia:

- Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1 de novembro de 2012, alterada pela Portaria nº 602 de mesma data, definindo o valor de R\$ 21.886.060,00 a título de indenização para a concessão de geração de energia elétrica da UHE Ilha Solteira;
- Portaria MME nº 123, de 14 de abril de 2015, alterada pelas Portarias MME nº 384, de 18 de agosto de 2015 e nº 429, de 11 de setembro de 2015, onde estabelece diretrizes para o leilão das concessões das usinas hidrelétricas já amortizadas;
- Portaria MME nº 218, de 15 de maio de 2015, retificada pela Portaria nº 300 de 24 de junho de 2015 e pela Portaria nº 454 de 24 de setembro de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupia seja realizado em 6 de novembro de 2015.
- Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupia, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas;
- Nota Técnica nº 180/2015, de 13 de julho de 2015, da SGT/ANEEL – Superintendência de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica que estabeleceu o cálculo de RAG Inicial de Usinas Hidrelétricas, em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o período de julho de 2015 a junho de 2016; cálculo este homologado em 28 de julho de 2015, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924;
- Resolução nº 2, de 18 de setembro de 2015, do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética em que estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica.

Em 8 de julho de 2015, ocorreu o término da exploração econômica das UHEs Ilha Solteira e Jupia pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou as usinas até junho de 2015 e as reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”.

### 31 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 1 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2.028 como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.
- b) Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão.
- c) Em 28 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 500, adiando para 25 de novembro a realização do leilão das concessões de 29 usinas hidrelétricas já amortizadas, incluindo as de Ilha Solteira e Jupia.



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

### 1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,54	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	400	0,00	2.575	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.669</u>	<u>13,72</u>	<u>132.967.543</u>	<u>40,60</u>
<b>Outros</b>								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	89,56	-	-	6.702.159	2,05
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,02	10.589.915	3,23
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	29.600.752	14,04	29.600.752	9,04
MORGAN STANLEY.....	-	-	-	-	13.864.717	6,57	13.864.717	4,23
The Bank of New York - ADR Department.....	33.375	0,03	167.024	2,24	-	-	200.399	0,06
Pessoas Físicas.....	3.270.056	3,00	561.908	7,55	3.610.422	1,71	7.442.386	2,27
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.781.102	1,63	18.330	0,26	124.299.439	58,94	126.098.871	38,51
Outros.....	6.711	0,01	29.220	0,39	-	-	35.931	0,01
	<u>5.128.877</u>	<u>4,70</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>181.965.245</u>	<u>86,28</u>	<u>194.535.130</u>	<u>59,40</u>
	<u><b>109.167.751</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>7.441.008</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>210.893.914</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>327.502.673</b></u>	<u><b>100,00</b></u>
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....</b>	<u>1.991.815</u>		<u>135.765</u>		<u>3.847.853</u>		<u>5.975.433</u>	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(\*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física****Companhia Paulista de Parcerias - CPP**

Posição em 30.09.2015

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00

**Centrais Elétricas Brasileiras S.A.**

Posição em 30.09.2015

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	554.395.652	51,00	-	1.544	0,00	554.397.196	41,00
BNDESPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES.....	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	269.729.841	24,81	146.920	228.481.566	86,08	498.358.327	36,84
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Informações não revisadas pelos auditores independentes

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de setembro de 2015 e 2014**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2015							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,72	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	400	0,00	488	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.877	4,70	7.441.008	100,00	181.965.245	86,28	194.535.130	59,40
	<u>109.167.751</u>	<u>100,00</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>210.893.914</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
<b>Ações em Circulação.....</b>	<b>5.128.877</b>	<b>4,70</b>	<b>7.441.008</b>	<b>100,00</b>	<b>181.965.245</b>	<b>86,28</b>	<b>194.535.130</b>	<b>59,40</b>

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2014							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	700	0,00	788	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
<b>Ações em Circulação.....</b>	<b>5.128.746</b>	<b>4,70</b>	<b>7.610.953</b>	<b>100,00</b>	<b>181.795.131</b>	<b>86,27</b>	<b>194.534.830</b>	<b>59,40</b>

Informações não revisadas pelos auditores independentes

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

CESP – Companhia Energética de São Paulo

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2015.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Sócio

Contador CRC-1SP132776/T-1